

A Leste do Cabo da Boa Esperança

Nos mares do Oriente apenas estudámos em profundidade a história contemporânea de Moçambique e de Timor. Só visitámos Moçambique, Goa, Ceilão (Sri Lanka), Malaca, Manila, Macau, Seul e o Japão. Provavelmente, não estamos bem colocados para falar de alguns dos livros desta crónica, cujos epicentros estão bem afastados dos terrenos em que nos sentimos à vontade. Tanto mais que não lemos qualquer língua oriental, qualificação mínima para reivindicar o título de orientalista — embora numerosos autores portugueses a dispensem alegremente. Limitar-nos-emos, portanto, a registar e analisar rapidamente diversos títulos a seguir recenseados, sem os discutirmos quanto ao fundo. Mas, como alguns deles se dirigem ao grande público, sentimo-nos em pé de igualdade com esses leitores não especializados.

Vamos seguir a rota das frotas portuguesas, de ocidente para leste, começando pelas generalidades mais amáveis, visto que se trata de dois textos extremamente ilustrados, dois catálogos de exposição. Não sabemos se todos em Portugal lamentam o desaparecimento da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP) e não pretendemos entrar nesse debate. Mas, colocando-nos apenas no ponto de vista do bibliógrafo internacional, que será aqui o nosso, podemos escrever com espírito sereno — somos, efectivamente, um dos raros autores ou editores estrangeiros especializados na história ultramarina portuguesa moderna a nunca termos beneficiado de qualquer subsídio da CNCDP — que ela realizou um trabalho editorial talvez ignorado ou controverso, mas sem paralelo com qualquer outra metrópole colonial (com excepção, talvez, da Espanha), desde há mais de um quarto de século.

*O Orientalismo em Portugal*¹ é para nós uma revelação. Já sabíamos, naturalmente, que o orientalismo tinha impregnado a arte e a literatura, terrenos reservados às elites; ignorávamos, porém, devido a não frequentarmos

¹ *O Orientalismo em Portugal (Séculos XVI-XX)*, Lisboa, CNCDP, 1999, 320 páginas, numerosas ilustrações a preto e branco e a cores.

a intimidade dos lares portugueses, que também tivesse penetrado de forma tão profunda no quotidiano através dos objectos usuais ou da publicidade e mesmo da decoração de algumas casas. Outras surpresas para o profano: a música, as igrejas, os espectáculos. É certo que com belas fotografias bem escolhidas se pode provar tudo o que se quiser e iludir os ignorantes, mas, para lá da propaganda de tipo Estado Novo, é um facto que em certos meios urbanos (os campos parecem-nos pouco afectados) o snobismo e uma certa capilaridade se terão conjugado para que esse Oriente mítico — apesar de tudo, pouco conhecido ao vivo, a não ser para alguns milhares de famílias que tenham vivido no Norte de África ou na Ásia — colonizasse por risco-chute uma parte da população portuguesa. Ou então os organizadores desta exposição, realizada no Porto, e os ilustradores deste belo volume são mágicos ou vítimas voluntárias do mito. De qualquer modo, este é um livro-farol.

O outro catálogo, *Os Espaços de Um Império: Estudos*², mais sobriamente ilustrado, recolhe contribuições de geógrafos, arquitectos e historiadores, as quais, em 17 capítulos, vão da ilha de Moçambique a Nagasáqui e a Timor. É o itinerário clássico e passadista (com algumas inovações, todavia, como um mapa dos limites aproximados da província do Norte da Índia). Muito pouco sobre o período contemporâneo. Mais um esforço, camaradas, e chegamos ao século xx! Para tal, recomendamos um utensílio indispensável: os dois volumes do *Guia de Fontes Portuguesas para a História da Ásia*³. Quis a pouca sorte — e a lentidão dos arquivistas portugueses — que as nossas quatro sínteses da história de Angola, da Guiné, de Moçambique e de Timor fossem publicadas *antes* do aparecimento destes guias, pelo que só nos foi possível explorar uma pequena parte da documentação existente em Lisboa — e não nos arquivos mais bem organizados ou mais acolhedores para os historiadores estrangeiros. Desgraça ou felicidade, porque, a julgar pela entrada «Timor», teríamos morrido sem completar a tarefa, dadas as riquezas que então eram de nós desconhecidas e agora estão inventariadas (muito bem no Ministério dos Negócios Estrangeiros, não tão bem ou mesmo muito mal em certos arquivos ainda caóticos mas cruciais para o período contemporâneo). Nunca compreendemos que um país tão cioso da sua história colonial como é Portugal não tenha concentrado todos os seus meios justamente nos arquivos coloniais. Rivalidades entre organismos? A imagem deplorável que deles recolheram pelo menos duas gerações de historiadores reflectiu-se nos seus trabalhos. Agora, se evitar certos depósitos ainda desesperadamente enterrados sob quilómetros de registos e de *dossiers*, o jovem historiador pode trabalhar em condições quase humanas.

² *Os Espaços de um Império: Estudos*, Lisboa, CNCDP, 1999, 236 páginas, ilustrações a preto e branco e a cores.

³ *Guia de Fontes Portuguesas para a História da Ásia*, Lisboa, CNCDP, vol. I, 1998, 246 143 páginas, vol. II, 1999, 123 páginas, índices.

Passemos agora às primeiras terras da lusofonia oficial a leste do Cabo. Quanto a Moçambique, confessemos que se publica hoje muitíssimo a seu respeito em comparação com Angola, reflexo natural da pesquisa obsessiva das igrejas e das organizações não governamentais e da abertura recente do país aos investigadores estrangeiros. Dá a impressão de que regiões cuja relação histórica com os moçambicanos é marginal ou nula «descobrem», por razões humanitárias ou outras, a existência destes e enviam batalhões de cooperantes ou de missionários, que aproveitam para preparar publicações ou atrair moçambicanos às suas universidades, nas quais em meia dúzia de anos se produzem teses, etc. O efeito bola de neve é patente em três países escandinavos, na Holanda, na Alemanha e mesmo em Estados como a Espanha, a Itália e o México, isto para já não falar dos anglo-americanos e até dos australianos. Nem tudo é mau neste entusiasmo por Moçambique, mas alguns textos não mostram grande originalidade ou uma utilidade indiscutível.

O *Atlas historique de l'Afrique*⁴ foi redigido por um autor que publica em excesso e demasiado depressa para ser fundamental em tudo o que escreve. O atlas (uma boa centena de mapas a preto e branco, mais de metade dos quais acompanhados por uma página de comentários) abarca todo o continente, desde a pré-história até 2000. Isto diz tudo sobre a ambição desmesurada do projecto, concebido por um só indivíduo. Por razões ideológicas, interessa-se muito por Marrocos, pela presença alemã em África e pela África do Sul, caso raro quanto às duas últimas num francês. Mas, no que se refere aos portugueses, além de inverter o sentido da travessia de Serpa Pinto (p. 136), o seu traçado dos limites da implantação de Portugal em Moçambique e em Angola em 1880, 1890 e 1910 (pp. 140, 141 e 182) mostra que não conhece a literatura especializada. Tem, em contrapartida, o grande mérito de ter cartografado os conflitos recentes (inclusive com um mapa de Cabinda!). O trabalho será útil para quem quiser seguir a actualidade, mas para se tornar verdadeiramente excepcional deveria ser revisto, no mínimo, por trinta especialistas e aumentado com mais cinqüenta mapas, um deles sobre os conflitos em Moçambique.

Ao depararmos com cerca de 500 páginas, julgámos que a tese de Rolf Peter Tschapek⁵ seria o fecho de abóbada e o *nec plus ultra* dos estudos dedicados às ambições alemãs e britânicas sobre as colónias portuguesas. Veja-se a tradução do extenso e aliciante subtítulo: *O Imperialismo Alemão e as Colónias Portuguesas. Os Interesses Alemães pelas Colónias de Portugal na África Austral do Fim do Século XIX à Primeira Guerra Mundial*.

⁴ Bernard Lugan, *Atlas historique de l'Afrique des origines à nos jours*, Paris, Éditions du Rocher, 2001, 269 páginas, mapas, índice.

⁵ Rolf Peter Tschapek, *Bausteine eines zukünftigen deutschen Mittelafrika*, Estugarda, Franz Steiner Verlag, 2000, 475 páginas, índice.

É verdade que o autor, que preparou este denso estudo como um *hobby* depois dos seus horários de professor liceal, levou a cabo um trabalho prodigioso de consulta dos arquivos alemães e do Foreign Office, o que o torna, sob este ponto de vista, indispensável. Mas fê-lo sem olhar em volta, atendo-se estritamente ao jogo diplomático, reforçando a penetração económica, desconhecendo aparentemente as realidades africanas da época. Os portugueses, actores de primeiro plano nesta questão, também não lhe merecem grande interesse. Ignora quase por completo os trabalhos recentes em português, pela boa razão de que tem um conhecimento nebuloso desta língua. Exemplos: cita no índice um «Banco Nacionale [sic] de [sic] Ultramarino» (p. 465); escreve (na nota 125) que o Rovumo (*sic*) é o rio que faz fronteira entre o Malawi e Moçambique e na nota seguinte que o Rovuma é uma ribeira a leste do rio Chire, confundindo assim o Ruo e o Rovuma. Vê o Cunene correr em Moçambique (p. 467) e na p. 200 (nota 69) declara que é impossível encontrar Sena num mapa moderno! Até o belga Delcommune passa a Dacommune (p. 201) e o Cubango irriga Moçambique! Paremos por aqui o massacre. O volume revela um investigador demasiado apressado ou pouco atento ao que lê. Aspecto positivo: expõe com uma extraordinária riqueza de pormenores tudo o que encontra nos *dossiers*, fazendo assim surgir da sombra homens, empresas e cobiças hoje esquecidos. É precioso para o conhecimento da «penetração pacífica» pelo capital alemão e seus projectos nomeadamente na famosa — *infamous* — Companhia do Niassa. Mas por que não utilizou os livros de Regendanz? Em resumo, pode tratar-se este livro como uma gigantesca base de dados, onde encontramos redes bancárias, cumplicidades, duplicidades, actividades diplomáticas, tão pouco louváveis ontem como hoje: a tentativa de conquista anglo-alemã de um império não pelas armas, mas pela astúcia. E os moçambicanos no meio de tudo isto? Simples *zombis* que os novos senhores tencionam rentabilizar quando Portugal tiver sido posto à margem.

Sob um título poético⁶, Teresa Pinto Coelho fala-nos de um português excêntrico, diplomata colocado num país onde não faltam excêntricos: Jaime Batalha Reis na Inglaterra, paladino emérito dos direitos de Portugal sobre Moçambique antes, durante e após o *ultimatum*. Embora sendo professora de literatura, a autora não se cingiu ao papel do seu herói na divulgação das letras portuguesas no estrangeiro, visto que dedica uma boa centena de páginas à actividade jornalística e diplomática desenvolvida por este «português intranquilo» com o objectivo de dar a conhecer — e, se possível, fazer respeitar — as posições de Portugal na África central. Teve também a boa ideia de reproduzir os artigos e cartas redigidos por Batalha Reis sobre o

⁶ Teresa Pinto Coelho, *A Agulha de Cleópatra. Jaime Batalha Reis e as Relações Diplomáticas e Culturais Luso-Britânicas*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000, 349 páginas, índice.
248

tema. Livro útil ao historiador, desta vez isento de aborrecidas aproximações ortográficas.

Passamos a alguns títulos respeitantes ao Moçambique actual. O primeiro⁷, publicado por Gabriel Sérgio Mithá Ribeiro, parece-nos merecedor de ser imitado por outros autores que estudem outros PALOPs. A partir de inquéritos baseados em entrevistas a moçambicanos (1997-1998) de meios urbanos, suburbanos e rurais das províncias de Maputo, Tete e Nampula, o autor esforça-se por sondar a opinião dos interlocutores sobre a colonização portuguesa e a luta de libertação nacional e, posteriormente, sobre a independência, a guerra civil e a democracia. Não sabemos se devido à nacionalidade do investigador e ao desejo de os entrevistados dizerem aquilo que acham que ele desejará ouvir, o facto é que muitos deles manifestam um certo «saudosismo» pela última fase da presença portuguesa. Ribeiro tem o cuidado de matizar e delimitar cada expressão, mas o certo é que esta nostalgia dos moçambicanos pela era colonial não surge nos inquéritos efectuados em anos recentes por não portugueses (cf. os textos de Penvenne, entre outros). Quem tem razão? De qualquer modo, é um trabalho minucioso, ponderado e útil, que suscita questões pertinentes sobre o futuro do multipartidarismo neste país.

Outra tese, mais técnica e mais pragmática, a de Feldbrügge⁸, será utilizada sobretudo pelas organizações não governamentais (ONG,) interessadas em «planificar» as suas intervenções de auxílio em circunstâncias e países nos quais, justamente, a imprevisibilidade é inevitável (conflito e seca em Angola, inundações em Moçambique). O autor participou em operações alemãs de fornecimento de alimentos às populações no distrito de Tambara (província de Manica) afectadas pela cheia do Zambeze em Março de 1997, num sector influenciado pela RENAMO, e também noutras operações do mesmo tipo em Angola, no Cuanza-Sul, em Março-Abril de 1998. Em ambos os casos expõe, do ponto de vista logístico, os problemas que enfrentam as ONGs e os organismos centrais. Preconiza, com abundância de demonstrações estatísticas e matemáticas, a necessidade de introduzir uma grande flexibilidade nos programas preestabelecidos.

Chegam agora duas teses de moçambicanos germanófonos. O facto de serem publicadas num país que ainda não sabe escrever Moçambique em alemão (há pelo menos quatro ortografias possíveis e utilizadas) mostra que

⁷ Gabriel Sérgio Mithá Ribeiro, *As Representações Sociais dos Moçambicanos: do Passado Colonial à Democratização. Esboço de Uma Cultura Política*, Lisboa, Instituto da Cooperação Portuguesa, 2000, 191 páginas.

⁸ Torsten Feldbrügge, *Economics of Emergency Relief Management in Developing Countries: With Case Studies on Food Relief in Angola and Mozambique*, Frankfurt am Main-Berna, Peter Lang, 2001, 200 páginas.

estes doutores talvez não tenham feito uma má escolha profissional ao irem estudar na Alemanha. *Privatisierung in Moçambique*⁹ é o trabalho de um homem de 30 anos que, apesar de ter estudado Sociologia e Psicologia em Leipzig, defendeu uma tese de Economia Política em Magdeburgo. Tem vistas largas, uma vez que trata tanto de Moçambique no sistema económico mundial como dos ajustamentos estruturais, das igrejas, da propriedade industrial, da estratégia comercial, da feitiçaria, da corrupção, do culto dos antepassados e de outros temas que não deixarão de intrigar os especialistas da privatização e do desmantelamento de uma economia estatal moribunda.

Mais técnica ainda, a tese¹⁰ de um segundo licenciado em Sociologia do Desenvolvimento trata do sistema de segurança social em Moçambique. Para a comentar com seriedade seria preciso que tivéssemos competências e interesses de que carecemos. Diremos apenas que o autor utilizou questionários extremamente complicados (por influência de cooperantes marxistas ou dos burocratas portugueses?) aplicados a residentes em Maputo e em Nampula. Ficamos a saber quantos ferros de engomar e quantos pratos possuem os entrevistados (cf. quadro XI, por sinal com o título e as cabeças das rubricas mal impressos), mas o facto é que este estudo empírico e teórico não é pior do que o que se publica na América ou noutras países. Poderia questionar-se se isto vale um título de doutor, mas os historiadores da velha escola são demasiado exigentes para serem ouvidos pelos sociólogos. Mudemos, pois, de continente e abordemos assuntos mais ao nosso alcance.

Atacamos a Índia por dois trabalhos resultantes de uma missão oficial (1955-1956) confiada a geógrafos portugueses pelo regime de Salazar. Fez mal em escolher geógrafos, porque são uma espécie de gente com olhos para ver. Mesmo portugueses, mesmo luso-tropicalistas, mesmo envolvidos na insidiosa e irrealista propaganda imperial obrigatoria na época. Para homens que viviam no mito da «Goa dourada», é devastador o que Orlando Ribeiro descobre no seu inquérito — que dará origem a um relatório¹¹... evidentemente não publicado pelas autoridades. O geógrafo apercebe-se de que a realidade é precisamente o oposto do exemplo de harmonia racial, de mestiçagem, de amor a Portugal, cantado pelos pseudo-historiadores intoxicados pela visão *sui generis* que Portugal cultiva da sua história colonial ao longo dos séculos. Na realidade, cerca de cinco séculos depois de Afonso de Albuquerque, Ribeiro traça um quadro de falência: o português é falado por uma ínfima minoria, está difundido o ódio dos hindus aos metropolitanos e mesmo aos cristãos locais e os

⁹ Pascoal Muibo, *Privatisierung in Moçambique. Der Aufbau einer kapitalistischen Marktwirtschaft*, Hamburgo, Verlag Dr. Kovac, 1999, 288 páginas.

¹⁰ Samuel António Quive, *Mosambiks sozialstaatliche Sicherungsinstrumente: Soziales Sicherungsnetz eines Entwicklungslandes*, Berlim, Logos Verlag, 2000, xii-235 páginas.

¹¹ Orlando Ribeiro, *Goa em 1956. Relatório ao Governo*, Lisboa, CNCDP, 1999, 139 páginas, fotos a preto e branco.

únicos mais ou menos fiéis à mãe-pátria são os *descendentes*, mas estes estão em perda de velocidade social e económica e pouco representam do ponto de vista demográfico. Em resumo, escreve, a Índia é a «menos portuguesa» das parcelas do império. S. Francisco Xavier, no seu túmulo da igreja do Bom Jesus em Velha Goa, deve ter morrido de novo se por acaso leu as conclusões daquele que foi o fundador da escola geográfica de Lisboa e o «cosmógrafo do reino» [cf. René Pélassier, *Explorar. Voyages en Angola et autres lieux incertains*, Orgeval (Montamets), Ed. Pélassier, 1978, p. 26].

Com o grosso volume de Raquel Soeiro de Brito¹² entramos na reedição parcial da obra principal dos geógrafos da missão (publicada em 1966), ampliada aqui com algumas dezenas de páginas dedicadas à evolução constatada pela autora em 1994-1996. Ela observa uma melhoria aparente do nível de vida. Terá, sem dúvida, razão no que se refere a 1996, mas pela nossa parte não encontrámos tal melhoria em Goa em 1979. A autora inova realmente nas observações sobre a imigração vinda dos estados indianos, vizinhos ou distantes, e sobre o desenvolvimento industrial de Damão e turístico de Diu e Damão, pouco conhecidos, porém, pelos *hippies* que colonizam ruidosamente Goa. Em Diu, ela teve tempo para ir até à fortaleza excêntrica de Simbor, em ruínas. Gostaríamos de saber se num país como Portugal, que tem a nostalgia dos enclaves e das possessões perdidas, haverá ainda muitos alunos liceais que saibam onde se situa Simbor. E Tiracol? A iconografia foi renovada relativamente a 1966 e comporta agora 233 fotografias a cores, além dos mapas, igualmente coloridos. Estamos, pois, perante uma realização sumptuosa que completa e actualiza a edição de 1966.

No terceiro volume da *História dos Portugueses no Extremo Oriente*¹³, os historiadores da «jovem» geração lançaram-se ousadamente no «buraco negro», ou melhor, numa das «páginas brancas» (ou quase) da história colonial portuguesa: o século XIX no Extremo Oriente português, isto é, Macau e Timor de 1780 a 1910. Conseguiram deste modo escapar finalmente ao que poderemos chamar a «obsessão da grandeza anterior», ou a «vertigem dos Descobrimentos», que esmagou e laminou séculos de historiografia nacional. Macau ocupa aqui as pp. 9 a 692 e Timor vai da p. 693 à p. 793. A primeira parte compreende seis capítulos respeitantes à história política e diplomática, à economia, administração, sociedade e cultura. Para Timor, um único capítulo, e o autor apoia-se essencialmente nos seus predecessores portugueses e na imprensa de Macau, mas praticamente em nenhuma

¹² Raquel Soeiro de Brito, *Goa e as Praças do Norte Revisitadas*, Lisboa, CNCDP, 1998, 246 páginas, mais uma centena de páginas com fotos e mapas a cores, mais três extratextos em carteira anexa.

¹³ A. H. de Oliveira Marques (coord.), *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, 3.º vol., *Macau e Timor do Antigo Regime à República*, Lisboa, Fundação Oriente, 2000, 800 páginas, fotos a cores e a preto e branco.

peça de arquivo posterior a 1842, o que deixa um hiato de setenta anos, quando já em 1989 obtivemos peças do Arquivo Histórico Ultramarino que iam até 1912 e outras parecem ter sido posteriormente «desbloqueadas». Ao que tudo leva a crer, não foi utilizada qualquer fonte estrangeira — em particular as holandesas. Como as investigações foram efectuadas em 1994-1995 e não houve actualização até 2000, o nosso *Timor en guerre. Le crocodile et les Portugais (1847-1913)* [Orgeval (Montamets), Éd. Pélissier, 1996, 368 páginas] e outros estudos ou teses publicados ou defendidos na Alemanha e na Austrália foram ignorados, o que é lamentável para os leitores lusófonos que queiram estar a par das investigações mais recentes. Mesmo para o Extremo Oriente, não é uma exigência excessiva acompanhar o que se publica no vasto mundo.

Entremos agora nos problemas mais escaldantes suscitados pela «descolonização» e independência de Timor. *Fighting Spirit of East Timor*¹⁴ é a biografia de um timorense que desempenhou um papel notável no desenvolvimento da resistência ao invasor indonésio, foi um exemplo e uma consciência para o seu povo e não teve a alegria de assistir à vitória da sua luta, visto que morreu mais de dez anos antes de realizado o seu sonho. Nascido em 1918, este futuro administrador apostólico representa a transição entre a Igreja colonial — com uma influência quase monopolista sobre a formação das elites locais durante pelo menos duas gerações — e a Igreja militante que hoje conhecemos. Rowena Lennox é uma australiana pertencente a essa falange de defensores da causa timorense através do mundo com simpatias de esquerda. Não sabemos se é católica, mas isso não é indispensável para falar em termos ditirâmbicos de monsenhor Martinho da Costa Lopes. Ao que parece, ela não se encontrou com o seu herói, mas visitou Timor a partir de 1991 e dispôs de amplas oportunidades para colher numerosos testemunhos e fazer a «peregrinação» do seu percurso (inclusive a Fátima e Lisboa). O texto é muito menos documentado do que a biografia de monsenhor Belo e recorre a algum impressionismo quando lhe faltam os pormenores. Parece, todavia, ter lido textos históricos e oferece-nos elementos desconhecidos de outros autores. O percurso deste deputado timorense à Assembleia Nacional (1957-1961), depois no Conselho Legislativo local, não parecia destiná-lo a tornar-se um defensor indomável dos direitos da população. Na realidade, a colonização portuguesa no período final (1960-1974) parecia-lhe vantajosa em comparação com a ocupação pelos indonésios. O capítulo mais útil é o que trata do conluio do Vaticano e do governo australiano da altura com o regime de Jacarta para conseguir o afastamento (1983) do prelado de Timor. Morreu no exílio, em Lisboa, em 1991, em condições bastante penosas.

¹⁴ Rowena Lennox, *Fighting Spirit of East Timor. The Life of Martinho da Costa Lopes*, Londres, Zed Books, 2000, xxix-260 páginas, fotos a preto e branco, índice.

Seguem-se diversos títulos de militantes pró-timorenses. O mais «exótico» — dada a ignorância dos italianos (comparável à dos franceses) acerca de Timor — é o de Montagna¹⁵, jornalista e ensaísta interessado nas minorias, etc. Trabalho de sensibilização do público italiano, resume por alto a situação histórica (reproduzindo erros e lacunas) e actual até Outubro de 1999. Tendo em atenção o contexto do país em que vive, já é bastante. Muito mais trabalhada é a recolha de contribuições constituída por *The East Timor Question*¹⁶. Confessamos o nosso espanto e admiração perante a proliferação mundial destes grupos de apoio à causa timorense, quando há trinta anos não se conseguia encontrar um milhar de pessoas, fora da Indonésia, da Austrália e de Portugal, capazes de indicar rapidamente a posição de Timor nos mapas. Em muitos casos, foram estas redes, da extrema-esquerda aos católicos, da Irlanda à Malásia, que destruíram a armadura indonésia, mais do que a resistência militar timorense. Diremos mesmo que fizeram mais do que os seus predecessores na ajuda à independência das colónias portuguesas em África. Catorze contributos provenientes de universitários, jornalistas, activistas, políticos da FRETILIN, etc., oferecem um novo panorama do problema timorense, insistindo sobre os papéis passados e presentes da imprensa, da ditadura de Suharto, da Grã-Bretanha, da Austrália, da África do Sul, da Irlanda, etc. Curiosamente, pouco falam de Portugal. Um dos capítulos mais originais é a análise da propaganda indonésia por um timorense.

Livro já antigo, mas revisto em 1997, basta-nos assinalar o texto de um jornalista malaio residente, no momento da publicação, na Austrália. Em comparação com o rosário de escritos sobre Timor, a publicação de Inbaraj¹⁷ tem duas originalidades. Foi publicado na Tailândia e denuncia a complacência — cumplicidade, por vezes — dos Estados membros da ASEAN perante a actuação de Jacarta contra os timorense.

*Indonesia in Transition*¹⁸ reflecte o vigor das investigações efectuadas por alguns australianos estudiosos da Indonésia — e também por alguns indonésios — acerca das mutações políticas, sociais e económicas ocorridas depois da *reformasi*. O livro comporta 23 estudos de 30 participantes numa conferência internacional realizada em Setembro de 1999. Quatro dizem respeito às tensões surgidas nas relações entre a Indonésia e a Austrália por

¹⁵ Maurizio Giuseppe Montagna, *Timor Est. La storia drammatica dell'indipendenza fino all'intervento dell'ONU (1900-1999)*, Roma, Dataneus Editrice, 1999, 122 páginas

¹⁶ Paul Hainsworth e Stephen McCloskey (coords.), *The East Timor Question. The Struggle for Independence from Indonesia*, Londres, I. B. Tauris, 2000, xv-222 páginas, índice.

¹⁷ Sonny Inbaraj, *East Timor: Blood and Tears in ASEAN*, Chiang Mai (Tailândia), Silkworm Books, ed. revista de 1997, xiv-193 páginas, índice.

¹⁸ Chris Manning e Peter van Diermen (coords.), *Indonesia in Transition. Social Aspects of Reformasi and Crisis*, Londres, Zed Books, 2000, xxviii-380 páginas, índice.

causa de Timor. Entre estas 50 páginas dedicadas a Timor, as mais interessantes são as que redigiu um profundo conchedor da sociedade local, membro de uma delegação de observadores anglófonos (universitários), que foram «controlar» a consulta popular organizada em Timor pelas Nações Unidas. Relata o que aconteceu em Suai a 30 de Agosto de 1999 e as violências e massacres cometidos em Timor pela milícia pró-indonésia após a votação. O mérito das actas desta conferência reside no facto de situarem o drama timorense no contexto muito mais amplo do abalo e desagregação progressiva da unidade — muitas vezes artificial — do império de Jacarta nas ilhas exteriores.

No grosso volume que reproduz alguns textos dispersos de Adriano Moreira¹⁹ assinalem-se dois pequenos capítulos (pp. 491-532) dedicados ao futuro de Macau e aos acontecimentos em Timor. Dirigindo-se a um público não especializado, mas interessado, o autor sacrifica à lei do género que exige que se deva antes de mais interessar o leitor ou o ouvinte recordando-lhe aquilo que sabe mas pode de alguma forma ter esquecido. A. Moreira é mestre nesta arte difícil.

Relaxemos um pouco com especialistas da glosa e da interpretação. O que lhes falta em conhecimento histórico é largamente compensado pela imaginação e por uma tendência para complicar o que é, por vezes, perfeitamente simples para leitores inocentes e cegos, como é o nosso caso. Enfim, nenhuma literatura poderia sobreviver sem professores distintos de Literatura, mesmo no referente a viagens. Em *A Viagem na Literatura*²⁰ são dedicadas 30 páginas aos portugueses no Pacífico. Esperávamos uma exposição em regra, mas assistimos antes a uma busca do paraíso perdido, do mito (e da realidade) e da influência de Magalhães, Mendonça, Queirós e Torres sobre Cook. Como todos sabem, o paraíso foi, finalmente, localizado na Austrália, o que significa que Timor é o seu átrio e a Nova Guiné a sua antecâmara.

Adiante. Prossigamos, na recreação lúdica (?), com um romance²¹ onde ficamos a saber que muitas das recordações dos protagonistas se referem a Timor em 1962-1964, visto pelos militares. Aí podemos ler (p. 39): «Nunca se fez nada por eles [os timorense]. No entanto, agora todos os lamentam e são todos muito seus amigos.» Tanto quanto sabemos, são relativamente poucos os romances — coloniais ou não — portugueses que tenham Timor como tema (mesmo marginalmente). Não negligenciemos, portanto, este.

¹⁹ Adriano Moreira, *Estudos da Conjuntura Internacional*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2000, 563 páginas, índice.

²⁰ Maria Alzira Seixo (coord.), *A Viagem na Literatura*, Lisboa, CNC/CDP/Publicações Europa-América, 1997, 263 páginas.

²¹ Leonilde Leal, *Portão de Ferro com Zinias*, Lisboa, Editorial Escritor, 1998, 253 páginas.

²² Richard Tanter, Mark Selden e Stephen R. Shalom (coords.), *Bitter Flowers, Sweet Flowers. East Timor, Indonesia, and the World Community*, Lanham, Oxford, etc., Rowman & Littlefield, 2001, xviii-291 páginas, fotos a preto e branco, índice.

Recomendamos *Bitter Flowers, Sweet Flowers*²², que marca um progresso notável na categoria dos numerosos textos colectivos sobre Timor. Em 16 artigos, 18 autores, na maioria americanos (e três poetas timorenses), oferecem-nos, finalmente, elementos novos ou mais pormenorizados do que é habitual. Registemos em particular os que dizem respeito à história do CNRT (Conselho Nacional da Resistência Timorense), ao movimento estudantil, à milícia e aos militares em Bobonaro, à votação em Ermera em 1999, ao futuro económico, etc. Caso raro, alguns autores não omitem os erros e violências cometidos pela FRETILIN no início da sua existência. Todos estão de acordo em condenar os crimes dos militares indonésios — e como poderiam não o fazer? —, mas vários dos indonesianistas profissionais que escrevem neste livro mostram que foi por uma perversão do nacionalismo javanês que puderam ser perpetrados em total impunidade durante tanto tempo. Uma nota acerca dos estudiosos de Timor: praticamente nenhum deles invoca nunca a etnicidade no interior de Timor oriental, nomeadamente para explicar as dissensões e as oposições. De Balibó a Tutuala, a unidade etnolinguística não foi realizada por um toque de varinha mágica em 1974-1975. Ora, por que milagre poderia Timor escapar em tão pouco tempo à maldição que mina numerosos Estados recentes? Merece ser relido o último capítulo, particularmente sensato, equilibrado e isento de complacência, sobre o futuro deste Estado em projecto, um dos mais pobres e carentes que existem na Ásia oriental.

Singremos agora de novo para a Austrália. É certo que aqui as provações dos timorenses não fizeram sair à rua «um milhão de manifestantes», como em Portugal, mas é de registar que um dos maiores editores australianos não hesitou em publicar, em alguns anos, meia dúzia de livros sobre Timor. Que saibamos, nenhum editor português se atreveria a publicar sequer três. Sem dúvida, há na Austrália bibliotecas sérias, apesar de os seus leitores preferirem a praia e os *pubs* às marchas de protesto. E há mesmo quem compre livros.

Aprende-se muito sobre a mentalidade de um povo ao ler os textos publicados acerca das operações militares por ele conduzidas fora das suas fronteiras. Operações de guerra recentes, como foi o caso dos portugueses e dos sul-africanos (entre outros) em África. Operações de paz, como as dos australianos em Timor em 1999-2000 (e não só). Um livro magnificamente ilustrado e extremamente pormenorizado indica-nos a amplitude da participação australiana nas duas operações da ONU (Operação Spitfire para evacuar o pessoal onusiano e os seus protegidos de Díli, mergulhada no caos, e Operação Warden, para depois restabelecer a paz na ilha devastada pelas milícias pró-

²³ Bob Breen, *Mission Accomplished. East Timor: The Australian Defence Force Participation in the International Forces East Timor (INTERFET)*, Crows Nest, NSW 2065, Australia, Allen & Unwin, 2001, xiii-226 páginas, fotos a preto e branco, índice.

indonésias). O próprio título do livro de Bob Breen, *Mission Accomplished*²³, resume bem a satisfação dos australianos, que foram a ponta de lança e os *top dogs* nesta acção, a qual — não o esqueçamos — envolveu cerca de 10 500 soldados, marinheiros e aviadores, 50 aviões e helicópteros, 1300 veículos e numerosos navios de guerra de uma força internacional. Os australianos já tinham participado nos grandes conflitos do século, desde a guerra dos Bóeres, mas sobretudo da primeira e da segunda guerras mundiais, até à guerra da Coreia e à do Vietname, mas eram intervenções em apoio do seu soberano britânico ou sob a autoridade de aliados mais poderosos do que eles (Grã-Bretanha, EUA). Em 1999, em Timor, são eles que comandam os outros e asseguram o essencial de uma logística complicada. Neste sentido, do ponto de vista militar, ascenderam ao papel a que tinham direito: o da nova potência a ter em conta no Pacífico sul e na sua esfera de influência, a ocidente e a norte de Darwin. O facto de a sua missão se ter desenrolado sem perdas humanas é para eles motivo de satisfação claramente expresso quanto às aptidões dos seus oficiais e diplomatas numa situação de urgência. Naturalmente, perante soldados indonésios desorientados e criminosos a soldo timorenses, mais assassinos do que verdadeiramente combativos, a vitória foi fácil. Conferiu, todavia, à Austrália um novo motivo de confiança no seu destino de grande potência regional, tomando o lugar de uma Indonésia outrora temida e por agora em estado de deliquescência.

O livro-álbum é apresentado como uma reportagem oficial baseada numa centena de entrevistas (de Novembro de 1999 a Fevereiro de 2000) recolhidas de Díli a Balibó (a cena do massacre de jornalistas em Outubro de 1975 pelos indonésios e que ficou atravessada na garganta de muitos anglo-saxões, tivessem ou não simpatias pelo destino de Timor Leste), passando por esse Xangri-la da literatura geopolítica nas maiores bibliotecas do mundo: o enclave de Ocussi-Ambeno. Como é natural, Breen destaca sobretudo o lado humanitário. Os preparativos levados a cabo a partir de 1998 para fazer face a qualquer eventualidade ao largo de Darwin revelaram-se muito úteis logo que a crise se declarou. Sendo o autor oficial na reserva, torna-se claro que realizou o seu trabalho com conhecimento de causa e com uma atenção aos pormenores que, na pena de qualquer jornalista apressado, seriam ignorados. Não faltam os pormenores na descrição das acções de beneficência (Pai Natal para as crianças, entrega de autocarros às irmãs salesianas, hospitais ou dispensários de campanha, etc.), do inabitual (exumação de cadáveres e serviços religiosos para as vítimas, concerto de *jazz* para as tropas, etc.) ou mesmo do trivial. Em resumo, um livro que glorifica uma missão pacífica que correu bem para a Austrália. Note-se que os australianos são frequentemente acolhidos pelos timorenses como libertadores, fazendo lembrar a atitude das populações europeias libertadas do jugo nazi pelos americanos em 1944-1945. A comparação não é inútil. Assim dure a lua-de--mel! Em todo o caso, um livro indispensável para conhe-

cer os acontecimentos de 1999-2000. Contém um mapa de Díli. Ficamos à espera do que têm para dizer os outros contingentes. E os indonésios?

Com *Death in Balibo*²⁴ entramos num inquérito bicéfalo apaixonante. Desmond Ball é um especialista dos serviços de informações australianos e o seu co-autor, Hamish McDonald, um jornalista australiano correspondente em diversos países do Sueste asiático, entre os quais a Indonésia de Suharto. A sua tese é a de que diplomatas australianos em Jacarta e Camberra e/ou agentes dos serviços secretos, ministros do governo Whitlam ou altos funcionários de Camberra não só fizeram tudo para esconderem dos seus concidadãos a verdade sobre o massacre, como eram partidários do *Anschluss* de Timor Leste pela Indonésia. Seguimos, dia a dia, o ascenso inexorável das ameaças na fronteira, de Batugadé a Maliana, e a ocupação do Sul a partir de 15 de Outubro de 1975. As encenações, as mentiras, as responsabilidades de uns e de outros, são minuciosamente expostas com mão de mestre graças a inúmeros testemunhos de indonésios, de timorenses e de australianos. É um documento capital para o conhecimento da invasão indonésia de 1975 e do que a Austrália sabia *antecipadamente*. No fundo, a intervenção australiana de 1999 resulta, em parte, do remorso de ter aceite a ocupação de 1975. Acessoriamente, fica-se a saber como eram eficazes os serviços secretos australianos na Indonésia e mesmo em Timor. Daí para cá devem ter-se aperfeiçoado ainda mais.

Aproximemo-nos dos acontecimentos actuais com o relato extremamente pormenorizado do chefe da delegação de observação australiana (composta por parlamentares e altos funcionários ou responsáveis de organizações caritativas) com o encargo de acompanhar o escrutínio de 30 de Agosto de 1999, que fez bascular Timor para a futura independência. Entre 26 de Agosto e 1 de Setembro de 1999, Tom Fisher²⁵, ex-vice-primeiro-ministro da Austrália, dá-nos conta dessas jornadas de esperança e de horror. É um documento da maior importância porque mostra — além da firmeza dos timorenses, maioria-ritariamente decididos a repelirem a colonização indonésia e a tirarem partido da lastimosa debandada dos seus representantes — como a influência da Austrália estava já presente nas semanas anteriores à chegada da força de intervenção. A partir daí, a sombra de Darwin projecta-se sobre Timor Leste e é provável que venha a substituir parcial e progressivamente a de Portugal, tal como podemos conhecê-la através de uma autobiografia político-cultural publicada por um timorense e cuja tradução inglesa recomendamos calorosamente, porque poderá esclarecer um público anglófono, nomeadamente o

²⁴ Desmond Ball e Hamish McDonald, *Death in Balibo, Lies in Canberra*, mesmo editor (Allen & Unwin), 2000, xv-199 páginas, fotos a preto e branco, mapas, índice.

²⁵ Tim Fisher, *Seven Days in East Timor: Ballot and Bullets*, mesmo editor (Allen & Unwin), 2000, xiv-149 páginas, fotos a preto e branco, índice.

australiano, com grande tendência para subestimar ou ignorar os lados positivos da colonização ou tutela portuguesa em Timor no seu período final.

*The Crossing*²⁶, de Luís Cardoso, revela-nos, mais do que qualquer outro texto do nosso conhecimento, o que era a vida de uma família de «assimilados» (pai enfermeiro com aspirações a dotar os filhos de um estatuto de padre ou funcionário) nos anos 1950-1975. Pouco a pouco, vemos o percurso da educação nesta ilha fechada sobre si própria: de Soibada, a Atenas católica deste mosaico de povos, à escola secundária de Díli, passando pelo seminário de Dare, os jovens timorenses estavam mergulhados num universo limitado, por um lado, pelo rosário e pelas vergastadas dos missionários e dos catequistas-instrutores e, por outro, pela Mocidade Portuguesa e pelos desafios de futebol. Para um neto de guerreiros do *reino* «rebeldes» de Manufai, é claro que as ambições sociais do pai se baseavam numa adesão (autêntica ou fingida) aos valores portugueses. Entre os pontos fortes deste livro citaremos tudo o que se refere à ilha de Ataúro (este é um dos raros textos que descrevem a vida dos seus habitantes), ao período de 1974 em Díli, aos primeiros passos dos líderes nacionalistas, ao último governador salazarista (homem activo e favorável às jovens elites locais), etc. Em resumo, uma educação colonial semelhante a muitas das que se encontravam nas Antilhas francesas no início do século xx: mistura de arcaísmo e de mimetismo num microcosmo dominado pelos modelos metropolitanos.

Terminamos com uma tese alemã²⁷ de 1994, em Heidelberg, que sofre de diversas fraquezas. A primeira, de que a autora não é responsável, consiste em que os funcionários do Arquivo Histórico Ultramarino não lhe facultaram documentos posteriores a 1889, quando Luna de Oliveira, nos anos 1940-1950 (?), e nós próprios, em 1989, já tínhamos conseguido chegar a 1912 no apuramento de dados (com sérias lacunas tanto num caso como no outro). Isto origina que, num trabalho centrado no período 1850-1912, os mandatos cruciais dos governadores da ocupação *real* sejam examinados apenas pelas fontes impressas (com os silêncios e os erros que se repetem de livro para livro, nomeadamente, na p. 267, no referente à revolta de 1911-1913). Já a segunda fraqueza é imputável somente à autora. Que incompreensível negligência a levou a trabalhar sem se referir à bibliografia desse homem extraordinário, esse tão modesto como indispensável gigante da literatura sobre Timor, Kevin Sherlock? Isto faz com que ignore inúmeras fontes portuguesas, holandesas e mesmo alemãs, tornando o seu texto ainda

²⁶ Luís Cardoso, *The Crossing. A Story of East Timor*, Londres, Granta (distribuído na Austrália por Allen & Unwin), 2000, xviii-155 páginas, mapa.

²⁷ Monika Schlicher, *Portugal in Ost-Timor: Eine kritische Untersuchung zur portugiesischen Kolonialgeschichte in Ost-Timor. 1850 bis 1912*, Hamburgo, Abera Verlag, 1996, 347 páginas, fotos a preto e branco.

mais desequilibrado. Igualmente incompreensível é o facto de este não possuir mapas nem índice e acusar omissões de transcrição na bibliografia de alguns títulos citados em nota. Poderíamos citar muitos outros pontos negativos, mas limitemo-nos aqui a assinalar o que tem de original. A autora não se interessou grandemente, ou mesmo nada, pela cronologia, mas resumiu o que se sabe sobre a etnografia e a economia locais e é muito útil em temas geralmente negligenciados, como as ligações marítimas, o recrutamento dos soldados, as relações da Administração com os *liurais* (chefes), a fiscalidade, o trabalho forçado e muitos outros. Como abordou do ponto de vista sociológico o estudo da colonização portuguesa pelo sector mais periférico e mais abandonado do império e como se dirige a um público alemão de orientalistas muito mal informado sobre as especificidades da expansão e da história portuguesas, uma boa centena de páginas dizem respeito a temas metropolitanos ou anteriores ao período 1850-1912, o qual, na realidade, é tratado apenas em menos de 200 páginas. Esta tese desigual e pouco — muito pouco — sensível aos mitos do luso-tropicalismo poderá interessar leitores que pretendam ir além da história triunfalista e saber mais sobre certos aspectos desta ilha, cujo passado continua, apesar de tudo, bastante misterioso — e assim permanecerá para sempre, dado o estado da documentação conservada. Teremos de nos resignar: Timor fascina porque a ilha é ocupada por sociedades que não se entregam aos estrangeiros. E têm boas razões, aliás, para se protegerem do mundo exterior. Infelizmente, corremos o risco de virmos a verificá-lo nos anos próximos. Mesmo estando tão próximos do paraíso austral.

Tradução de Manuela Pena Gomes

Redigido em Julho de 2001.